

Projeto do governo muda ensino técnico

Os cursos profissionalizantes serão dados em escolas específicas, num grau intermediário entre o 2º grau e a universidade

por Rodrigo Mesquita
de Brasília

O governo quer desvincular o ensino profissionalizante dos cursos de 2º grau. Essa é uma das novidades do projeto de lei do ensino técnico que o presidente Fernando Henrique Cardoso assina hoje, em Belo Horizonte, durante o lançamento do "Ano da Educação". "A idéia é separar a educação técnica do ensino médio", explicou a este jornal o secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Átila Freitas Lira.

A formação técnico-profissional passará a ser dada em escolas específicas, num grau intermediário entre o 2º grau e a universidade. O estudante, ao terminar a formação média, poderá escolher entre ir para um curso superior ou ingressar numa carreira técnica.

De acordo com a proposta do MEC, porém, não só os alunos com diploma de 2º grau poderão frequentar a escola técnica. Serão criados três níveis de aprendizado. No básico, o aluno poderá frequentar cursos independente do nível de escolaridade. São os chamados módulos específicos. Ao final do curso o aluno sai com um certificado em determinada especialização. Por exemplo, técnico em encanamentos.

Haverá um segundo nível, que será complementar ao ensino mé-

dio tradicional. O estudante de 2º grau que desejar começar a aprender uma profissão poderá frequentar, em paralelo às aulas do curso normal, módulos na escola técnica. O terceiro nível é o da formação plena, para o qual será exigido o diploma de 2º grau.

O projeto de lei que o governo anuncia hoje dará competência ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação para a formulação do currículo mínimo e para a aprovação das especialidades. Hoje, existem cerca de trezentas habilitações técnicas nos cursos profissionalizantes de 2º grau. Algumas tão esdrúxulas como auxiliar de adubação, conta Rui Berger Leite filho, diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional do MEC. A idéia é reduzir o número de habilitações para cerca de setenta, disse ele.

Os currículos mínimos, definidos nacionalmente, serão ampliados pelos conselhos estaduais de educação e pelas próprias escolas, que poderão definir, livremente, 30% das matérias a serem dadas. O projeto de lei cria, também, os conselhos de administração das escolas, onde terão, obrigatoriamente, assento trabalhadores e empresários, numa proporção mínima de 50%. O governo quer, com isso, estimular a parceria com a iniciativa privada e permitir que a formação técnica es-

A proposta do governo

- Desvincula o ensino profissionalizante dos cursos de 2º Grau, acabando, na prática, com esse tipo de aprendizado.
- O ensino técnico passará a ser ministrado apenas em escolas específicas e se transformará num degrau intermediário entre o 2º Grau e a universidade.
- Para frequentar o curso completo o aluno terá que dispor do diploma de 2º Grau. Será permitida, porém, a matrícula sem comprovante de escolaridade em módulos específicos, onde o aluno poderá obter uma certificação técnica.
- O Ministério da Educação, junto com o Conselho Nacional de Educação, definirá e aprovará as habilitações que serão oferecidas e definirá o currículo mínimo de cada uma. Os conselhos estaduais ampliarão o currículo e as escolas poderão, por sua vez, escolher livremente 30% das matérias que serão oferecidas.
- Os conselhos de administração das escolas terão que incorporar, no mínimo, 50% de representantes de trabalhadores e empresários.

teja vinculada às necessidades do mercado de trabalho.

O ensino técnico no País é fornecido hoje, basicamente, pela rede de escolas federais e pelo sistema Sesc/Senai/Senac, da iniciativa privada. O governo quer uma atuação conjunta, incluindo os estados, no esforço para ampliar a formação técnico-profissional. A rede federal atende a cerca de 120 mil alunos. Nos próximos três anos o governo quer duplicar esse atendimento, diz Átila

Lira. No ano passado, foram gastos, em custeio e investimento, cerca de R\$ 500 milhões com essas escolas. O mesmo valor deverá ser despendido em 1996, revela ele.

Nos próximos cinco anos, de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), as inversões nessa área deverão alcançar a soma de R\$ 1 bilhão. O custo médio de um aluno em escola técnica federal é de R\$ 1,8 mil ao ano, ou R\$ 2,5 mil, se na contabilidade entrarem as pensões pagas

aos servidores inativos, segundo um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

A desvinculação do ensino profissionalizante do de 2º grau é o primeiro passo na direção da reforma do ensino médio no país. Até o começo do segundo semestre deste ano o governo deverá ter um projeto de mudança dos cursos de 2º grau em todo o País. A discussão ainda está no começo, mas uma das idéias com maior força é a implantação de um modelo semelhante ao francês, revelou uma fonte do MEC ligada à área.

O primeiro ano do curso passaria a ser comum a todos os alunos, contendo as matérias consideradas obrigatórias (Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Geografia e História). Nos dois anos seguintes,

a presença dessas disciplinas no currículo diminuiria e as escolas seriam obrigadas a oferecer aos alunos blocos de matérias em grandes áreas do conhecimento (Ciências da Vida, Arte e Comunicação, Ciências Exatas e Informática e Ciências Sociais e Econômicas).

O presidente Fernando Henrique Cardoso chega a Belo Horizonte acompanhado de cinco ministros de Estado: Paulo Paiva, do Trabalho, Dorothea Werneck, da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Serra, do Planejamento, Paulo Renato de Souza, da Educação, e Israel Vargas,

da Ciência e Tecnologia. Depois da assinatura do projeto de lei, o presidente assina, com Paiva, um convênio para a expansão do ensino técnico.

Em seguida será lançado o programa Educação para a Qualidade no Trabalho, de alfabetização nos locais de trabalho, com o anúncio do prêmio Qualidade no Trabalho, que será oferecido, todos os anos, no mês de setembro às cinco melhores experiências nessa área de empresas públicas, privadas e de organizações não governamentais (ONGs). Será inaugurada, ainda, a programação definitiva da TV Escola, o programa de treinamento de professores implantado pelo MEC no ano passado e que dá cursos por televisão para todo o País.

Governadores de cinco estados anunciaram ontem que passam a utilizar o programa TV Escola a partir de hoje. Outros seis estados já receberam recursos e kits (TV, vídeo, antena parabólica e fitas) e começam a implantar o projeto, informou a agência Brasil.

O presidente Fernando Henrique receberá também, hoje, o manifesto "A Nação Convocada: Compromisso Nacional pela Educação Básica", organizado pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque de Hollanda, e assinado por intelectuais e especialistas em educação de todo o País.